

Coleção Direito e Comércio Internacional

---

MARISTELA BASSO

# *Joint Ventures*

MANUAL PRÁTICO DAS  
ASSOCIAÇÕES EMPRESARIAIS



*livraria*//  
DO ADV//OGADO  
//*editora*

Porto Alegre 1998

# Sumário

Apresentação . . . . .	13
------------------------	----

## Capítulo 1

MERCOSUL. Um processo de integração regional e sua repercussão no comércio internacional . . . . .	15
1.1. O Tratado de Assunção, o Protocolo de Ouro Preto e os Acordos Regionais Anteriores . . . . .	16
1.1.1. Zona de livre comércio . . . . .	17
1.1.2. União aduaneira . . . . .	17
1.1.3. Mercado comum . . . . .	17
1.1.4. União econômica e política . . . . .	17
1.1.5. Confederação . . . . .	18
1.2. Princípios, objetivos e disposições do Tratado de Assunção e seus Protocolos Complementares e Adicionais (Brasília e Ouro Preto) . . . . .	21
1.2.1. Princípios, objetivos e disposições materiais . . . . .	21
1.2.1.1. Coordenação externa . . . . .	21
1.2.1.2. Coordenação interna . . . . .	22
1.2.2. Disposições institucionais . . . . .	24
1.3. Os benefícios advindos da rede de acordos de Livre Comércio . . . . .	26
1.4. Um novo conceito de investimento . . . . .	27
1.5. A <i>joint venture</i> no âmbito dos acordos de integração regional . . . . .	29
1.6. O papel do Itamaraty e o exemplo do Rio Grande do Sul no incentivo à cooperação entre empresas . . . . .	35

## Capítulo 2

<i>Joint Venture</i> . Um mecanismo de inserção nos mercados internacionais . . . . .	41
2.1. Tipos de <i>joint ventures</i> . . . . .	43
2.1.1. <i>Joint ventures</i> nacionais e internacionais . . . . .	44
2.1.2. <i>Equity joint ventures</i> e <i>non equity joint ventures</i> . . . . .	46
2.1.3. <i>Corporate</i> e <i>non corporate joint ventures</i> . . . . .	46
2.1.4. <i>Joint ventures</i> transitórias e permanentes . . . . .	50
2.1.5. Filial comum internacional . . . . .	50
2.1.6. A aproximação entre as <i>corporate</i> e <i>non corporate joint ventures</i> . . . . .	54
2.2. <i>Joint ventures</i> segundo setores de atividade . . . . .	62
2.2.1. Exploração de recursos naturais e petrolíferos . . . . .	62
2.2.2. Agrupamentos bancários . . . . .	62
2.2.3. Na indústria da construção . . . . .	62
2.2.4. Na pesquisa e na fabricação comum . . . . .	63
2.2.5. Associações de investimentos . . . . .	66

## Capítulo 3

A <i>joint venture</i> e a legislação do país hospedeiro (país-sede): o caso brasileiro . . . . .	69
3.1. Atuação direta e indireta das empresas estrangeiras no país . . . . .	73
3.1.1. Atuação direta . . . . .	73
3.1.1.1. Por intermédio de uma filial . . . . .	73
3.1.1.2. Constituinte uma empresa no Brasil . . . . .	75
3.1.1.3. As sociedades comerciais nos demais países do Mercosul . . . . .	75
3.1.2. Atuação indireta . . . . .	77
3.1.2.1. Formação de consórcios de empresas . . . . .	77
3.1.2.2. Outras modalidades de associações empresariais ou <i>Joint Ventures</i> . . . . .	79
3.2. <i>Joint venture</i> e direito societário . . . . .	81
3.2.1. Os tipos societários no Brasil . . . . .	81
3.2.1.1. A Sociedade de Responsabilidade Limitada . . . . .	81
3.2.1.2. A Sociedade Anônima - S.A. . . . .	83
3.2.2. Outros Tipos Societários . . . . .	85
3.3. <i>Joint venture</i> e capital estrangeiro . . . . .	86
3.3.1. O sócio estrangeiro e o capital social . . . . .	86
3.3.1.1. Limitação da área de atividade . . . . .	88
3.3.1.2. Limitação do acesso a financiamentos . . . . .	88
3.3.1.3. Como se faz o registro do capital estrangeiro . . . . .	89
3.3.1.4. Modalidades de investimentos . . . . .	89
3.3.1.4.1. Em moeda . . . . .	89
3.3.1.4.2. Mediante conversão de créditos externos . . . . .	89
3.3.1.4.3. Mediante importação sem cobertura cambial . . . . .	90
3.3.1.4.4. Mediante conversão da dívida externa em projetos de desenvolvimento ambientais . . . . .	90
3.3.1.5. Remessa de lucros . . . . .	92
3.3.1.6. Reinvestimento de lucros . . . . .	92
3.3.1.7. Repatriamento de capital . . . . .	93
3.3.1.8. Tratados que evitam a bitributação . . . . .	93
3.3.1.9. Restrições às remessas ao exterior . . . . .	93
3.3.1.10. Transferência no exterior de investimentos feitos no Brasil . . . . .	94
3.4. <i>Joint venture</i> e transferência de tecnologia . . . . .	94
3.5. Regras sobre marcas e patentes . . . . .	96
3.6. Aspectos tributários . . . . .	97
3.6.1. Imposto sobre a renda (IR) . . . . .	98
3.6.2. Imposto sobre a circulação de mercadorias e serviços (ICMS) . . . . .	100
3.6.3. Imposto sobre produto industrializado (IPI) . . . . .	101
3.6.4. Contribuições fiscais . . . . .	101
3.6.5. Imposto sobre serviços (ISS) . . . . .	102
3.6.6. Imposto sobre operações financeiras (IOF) . . . . .	102
3.6.7. Incentivos advindos da Zona Franca de Manaus . . . . .	103

## Capítulo 4

Fontes de financiamento das <i>joint ventures</i> . . . . .	105
4.1. Créditos convencionais . . . . .	109
4.2. Créditos de exportação . . . . .	110
4.3. Créditos governamentais . . . . .	115
4.3.1. O papel do BNDES no Brasil . . . . .	117
4.4. Créditos intergovernamentais . . . . .	128
4.5. Financiamento via organismos internacionais . . . . .	130

4.5.1. Organismos de atuação global . . . . .	132
4.5.1.1. A importância da CIF - Corporação Financeira Internacional - para a construção da <i>joint venture</i> . . . . .	137
4.5.2. Organizações de vocação regional . . . . .	140
4.5.3. Organizações financiadoras específicas: o caso europeu . . . . .	141
4.6. Financiamento de projetos de investimento . . . . .	143
4.7. Fundos de investimento . . . . .	145
4.8. Financiamento via bolsas e mercados de valores . . . . .	146
4.9. Capitalização da dívida externa . . . . .	146

## Capítulo 5

O parceiro adequado para a <i>joint venture</i> . . . . .	149
5.1. A importância da compatibilidade entre parceiros na <i>joint venture</i> . . . . .	149
5.2. A busca do parceiro compatível . . . . .	153
5.3. Mecanismos de pesquisa visando a encontrar o parceiro compatível . . . . .	154
5.3.1. Órgãos oficiais . . . . .	155
5.3.2. Revistas e catálogos especializados . . . . .	156
5.3.3. Consulados e escritórios comerciais . . . . .	156
5.3.4. Sociedades especializadas, escritórios de advocacia e consultores especializados . . . . .	156
5.3.5. Câmaras de Comércio . . . . .	157
5.4. Mecanismos tipicamente europeus . . . . .	158
5.4.1. <i>Bureau de Rapprochement des Entreprises - BRE</i> . . . . .	159
5.4.2. <i>Business Cooperation Network - BC-NET</i> . . . . .	161
5.4.3. Sistema TIPS - Sistema de Promoção das Informações Tecnológicas . . . . .	164
5.4.4. <i>Europartenariat</i> . . . . .	164
5.4.5. Eurogabinetes . . . . .	167
5.4.6. <i>Interprise - Partnerships Among Industries or Services</i> . . . . .	168
5.4.7. Programa Europeu para Financiamento de Investimentos Comuns - ECIP . . . . .	169
5.4.8. <i>AI-Invest</i> . . . . .	169
5.5. Outros mecanismos . . . . .	170
5.6. Os Eurocentros . . . . .	171
5.7. A presença de organismos fomentadores como parceiros secundários na <i>joint venture</i> . . . . .	176
5.8. Divergências entre parceiros na <i>joint venture</i> internacional . . . . .	178
5.8.1. Questões que surgem durante as negociações de constituição de uma <i>joint venture</i> . . . . .	179
5.8.1.1. A <i>equity structure</i> . . . . .	180
5.8.1.2. Transferência de tecnologia . . . . .	180
5.8.1.3. Avaliação e transparência . . . . .	182
5.8.1.4. A resolução de conflitos . . . . .	183
5.8.1.5. A divisão da responsabilidade administrativa e o grau de independência administrativa . . . . .	184
5.8.1.6. Alteração na propriedade das ações . . . . .	184
5.8.1.7. Política de dividendos e questões financeiras em geral . . . . .	184
5.8.1.8. <i>Marketing</i> . . . . .	185
5.8.2. A fase operacional: problemas relacionados à multinacionalidade . . . . .	185
5.8.2.1. Direitos de exportação . . . . .	186
5.8.2.2. Impostos . . . . .	187
5.8.2.3. Políticas de dividendos e investimentos . . . . .	187

5.8.2.4. Diferença de tamanho entre os parceiros . . . . .	187
5.8.2.5. Propriedade e controle . . . . .	188
5.8.2.6. Linhas de produção . . . . .	188
5.8.2.7. Fornecimento de matéria-prima . . . . .	188
5.8.2.8. Utilização da tecnologia . . . . .	188
5.9. A <i>joint venture</i> contratual e a sociedade de fato . . . . .	189
5.10. A <i>joint venture</i> e a defesa da concorrência . . . . .	191
5.11. Conclusões . . . . .	194

## Capítulo 6

As empresas binacionais brasileiro-argentinas . . . . .	199
6.1. Definição . . . . .	199
6.2. O Estatuto das Empresas Binacionais . . . . .	202
6.3. Natureza jurídica da empresa binacional . . . . .	203
6.4. Requisitos econômicos . . . . .	204
6.5. Investidores da binacional . . . . .	204
6.6. Sede da binacional e denominação específica . . . . .	206
6.7. Objeto da binacional a aporte de capital . . . . .	206
6.8. O tratamento dispensado às binacionais . . . . .	208
6.9. Movimentos de pessoal . . . . .	208
6.10. Formação da binacional . . . . .	209
6.11. O regime do Estatuto . . . . .	211
6.12. As empresas binacionais e o Mercosul . . . . .	213
6.13. Quadro sinóptico do regime das empresas binacionais . . . . .	215

## Capítulo 7

Esquema para estudo e planejamento de uma <i>joint venture</i> . . . . .	217
7.1. Negociação e contratação da <i>joint venture</i> . . . . .	219
7.1.1. O acordo-base . . . . .	221
7.1.1.1. Primeira etapa . . . . .	222
7.1.1.2. Segunda etapa . . . . .	222
7.1.1.3. Terceira etapa . . . . .	223
7.1.1.4. Quarta etapa . . . . .	223
7.1.1.5. Quinta etapa . . . . .	223
7.1.1.6. Sexta etapa . . . . .	224
7.1.2. Cláusulas imprescindíveis do contrato de <i>joint venture</i> . . . . .	224
7.1.2.1. Qualificação das partes . . . . .	224
7.1.2.2. Definição e intenção das partes . . . . .	225
7.1.2.3. Direitos e deveres das partes . . . . .	225
7.1.2.4. Definição técnica e execução do projeto . . . . .	225
7.1.2.5. Localização do projeto . . . . .	226
7.1.2.6. Imprevisão, força maior ou caso fortuito . . . . .	226
7.1.2.7. <i>Hardship</i> . . . . .	226
7.1.2.8. Lei aplicável e foro competente ou opção por arbitragem . . . . .	227
7.1.2.9. Modificações futuras . . . . .	228
7.1.2.10. Segredo . . . . .	228
7.1.2.11. Comunicações . . . . .	228
7.1.2.12. Língua . . . . .	229
7.1.3. Cláusulas importantes no contrato de <i>joint venture</i> societária . . . . .	229
7.1.3.1. Constituição e organização da sociedade . . . . .	229
7.1.3.2. Capital social . . . . .	230
7.1.3.3. Financiamento e garantias . . . . .	231
7.1.3.4. Implantação . . . . .	231

7.1.3.5. Gerenciamento (realização) e administração (gestão) . . . . .	231
7.1.3.6. Transferência de tecnologia . . . . .	231
7.1.3.7. Treinamento de pessoal . . . . .	231
7.1.3.8. Fornecimento de bens e serviços . . . . .	232
7.1.3.9. Venda dos produtos do projeto comum . . . . .	232
7.1.3.10. Outras específicas . . . . .	232
7.1.4. Contratos satélites . . . . .	232

Bibliografia . . . . .	235
------------------------	-----

## Anexos

A prática dos Contratos Internacionais de <i>Joint Venture</i> . . . . .	241
1. <i>Check list</i> para estudo e planejamento de uma <i>joint venture</i> . . . . .	241
2. Modelo de <i>Joint Venture</i> em português . . . . .	245
3. Modelo de <i>Joint Venture</i> em inglês . . . . .	253
4. Modelo de <i>Joint Venture</i> em italiano . . . . .	269